



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA
SECRETARIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA

23ª AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR SOBRE A LEI FEDERAL Nº
11.284 E A CRIAÇÃO DE UMA LEI PARA GERIR AS FLORESTAS
ESTADUAIS

EM: 26.09.2019

INÍCIO: 09h40min

PRESIDENTE: SR. EYDER BRASIL

O SR. RONI FREITAS DA SILVA (Mestre de Cerimônias) -
Senhoras e senhores, autoridades constituídas, e demais
instituições presente muito bom-dia a todos.

Damos início neste momento à cerimônia de abertura da
Audiência de Sessão Pública.

A Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia,
atendendo a Requerimento do Excelentíssimo Senhor Deputado
Estadual Eyder Brasil, após aprovação em plenário, realiza
Audiência Pública com o objetivo de discutir acerca da
Legislação Federal nº 11.284, de 02 de março de 2006, que
"Dispõe sobre a gestão de florestas públicas para a

produção sustentável”, o serviço florestal brasileiro - SFB e a criação de um projeto de lei para gerir as florestas estaduais de forma sustentável.

Assim sendo, nós convidamos para compor a nossa Mesa de honra, Excelentíssimo senhor Deputado Eyder Brasil, proponente desta Audiência Pública; senhor Elias Rezende, Secretário de Estado do Desenvolvimento Ambiental - SEDAM; Major PM Washington Soares Francisco, Comandante da Polícia Ambiental; Dr. Paulo Mota, Presidente da Comissão de Meio Ambiente - OAB; senhor Ubiratan Pereira, Engenheiro Florestal, representando nesta oportunidade o INCRA.

Neste momento, Sua Excelência Deputado Estadual Eyder Brasil procederá à abertura desta Audiência.

O SR. EYDER BRASIL (Presidente) - Primeiro, quero convidar a todos a tomarem os seus assentos.

Invocando a proteção de Deus, em nome do povo rondoniense, declaro aberta esta Audiência Pública com o objetivo de discutir acerca da Legislação Federal nº 11.284, de 02 de março de 2006, que “Dispõe sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável”, o serviço florestal brasileiro - SFB e a criação de um projeto de lei para gerir as florestas estaduais de forma sustentável.

O SR. RONI FREITAS DA SILVA (Mestre de Cerimônias) - Pedimos aos que puderem para que, por gentileza, se coloquem de pé. Neste momento ouviremos o Hino céus de Rondônia (Letra de Joaquim Araújo Lima e música de José de Mello e Silva).

(Execução do Hino Céus de Rondônia)

Nós registramos e agradecemos a presença do senhor Thiago Marcelo, Assessoria Parlamentar que representa, nesta oportunidade, a Deputada Federal Jaqueline Cassol; senhora Ellen Arteaga, Assessoria Parlamentar do Procurador da República Confúcio Moura, as nossas boas-vindas; senhor Gilberto Baptista, Superintendente da Fiero, também nos honra com a presença, nós queremos dizer muito obrigado. Nós queremos registrar e agradecer a presença dos senhores servidores da Seagri; senhor Jânio Lopez Souza, o Zoca, Presidente da União das Vítimas da Reforma Agrária e Meio Ambiente - UNIFRAN, nos honra com sua presença; Elionai Ferreira da Silva, Presidente da Associação Rondoniense de Engenharia Florestal, também nos honra com a presença, a nossa saudação; Senhor Leonésio Almeida, Chefe de Divisão do Meio Ambiente do Incra, os nossos cumprimentos.

Senhoras e senhores, neste momento, com a palavra Excelentíssimo Senhor Deputado Estadual Eyder Brasil, proponente desta Audiência Pública.

O SR. EYDER BRASIL (Presidente) - Bom dia a todos. Primeiramente quero agradecer a Deus por mais uma vez, por mais um dia de vida, mais um dia de trabalho e hoje, em especial, com a presença de todos vocês aqui, na nossa Casa de Leis, na Casa do Povo para tratarmos de um assunto de extrema importância e relevância para o Estado de Rondônia, que é a questão das nossas florestas, da exploração extrativista. Mas, antes de entrar no assunto, gostaria de convidar o Senhor Gilberto Baptista, que é Superintendente da Fiero para compor à Mesa, seja muito bem-vindo, nos honra aqui com a sua presença. Quero cumprimentar aqui o meu amigo Elias Rezende, Secretário Estadual de

Desenvolvimento Ambiental - SEDAM, que vem fazendo um brilhante trabalho na Sedam; cumprimentar o Major PM Washington Soares Francisco, Comandante da Polícia Ambiental. Major seja bem-vindo, obrigado pela sua presença. Cumprimentar o Dr. Paulo Mota, Presidente da Comissão de Meio Ambiente da OAB, muito obrigado Presidente; o Senhor Ubiratan Pereira, Engenheiro Florestal, representando o Incra, que tenho certeza que abrilhantará esta Audiência Pública com um pouco do seu vasto conhecimento. E mais uma vez cumprimentar o Senhor Gilberto Baptista, Superintendente da Fiero, seja muito bem-vindo.

Esta Audiência, para nós, já tem um marco histórico no setor madeireiro no Estado de Rondônia, onde discutiremos os problemas e apontaremos algumas soluções de acordo com o crescimento e experiência de todos os presentes com vista na melhoria da aplicação da Lei de preservação das nossas floretas. Aliás, no dia de hoje comemoramos 35 da criação da Floresta Nacional do Jamari, através do Decreto nº 9.224 de 1984, área estimada de 215 mil hectares, localizada no norte do Estado de Rondônia nos municípios de Porto Velho e Ariquemes. A flona hoje tem divisão com o município de Cujubim e Itapuã do Oeste e nesta Audiência vou formar um grupo com a participação dos engenheiros florestais, para tentar formar uma legislação mais eficiente para o nosso Estado. Acredito que com um pouquinho da experiência de cada um aqui neste dia, nesta manhã, a gente vai conseguir dar um norte na busca da resolução desses problemas ambientais aqui no Estado de Rondônia.

E eu peço ao Cerimonial que já comece anotar, Jane, por favor, na galeria, aqueles que queiram fazer uso da fala. A nossa ideia inicial é que entre uma fala de uma representante, de um membro que compõe esta Mesa de

Autoridades, entre uma fala de um representante, a gente faça também a fala dos nossos convidados na galeria, dos presentes, aqueles que queiram fazer uso da fala.

Iniciaremos as nossas falas hoje com o senhor Ubiratan Pereira, Engenheiro Florestal, representando o Incra.

O SR. UBIRATAN PEREIRA - Bom dia a todos. Eu sou orientador do Projeto de Assentamento, atuo no Incra. Quero parabenizar e cumprimentar também o Deputado Eyder Brasil pela iniciativa e, em nome dele, saudar todos os componentes da Mesa; saudar nossos colegas engenheiros florestais aqui presentes; os nossos colegas da Sedam aqui, o Edgarde, em nome dele saúdo todos os Engenheiros Florestais e todos os presentes.

Eu quero iniciar, querendo sublinhar com dois traços, dada a importância desse assunto que o Deputado traz neste momento. Porque eu sou Engenheiro Florestal e há muito tempo a gente vem tentando fazer com que o Governo do Estado abrace essa ideia de criar, rebater o que existe em nível federal para o Estado. Isso ia agilizar muito o cuidado com as florestas nas Unidades de Conservação Estadual e mais, ia agilizar muito também a exploração das florestas particulares e públicas do Estado, no Estado. Porque quando coloca a exploração florestal, em que pese ela ter um sombreamento muito grande, se coloca a exploração florestal e a atividade de produção florestal junto com a atividade de proteção ambiental, no nosso ver, fica essa atividade meio que marginal, ou marginalizada. Porque a atividade de exploração florestal, as florestas, as propriedades são um ativo econômico na propriedade. Assim que nós vemos a floresta. Mas quando coloca nesse guarda-chuva maior, as pessoas, a mídia, enfim, começam a

entender que aquilo é só de preservação, que a floresta é só de preservação. A natureza não é intocável. O homem só tem duas fontes de recursos para a sua sobrevivência: os recursos naturais renováveis e os não renováveis. Não há outra fonte de recursos para o homem tirar o seu sustento. Então, os recursos naturais renováveis e os não renováveis têm que ser tocados. Eles não são intocáveis. E os recursos florestais, com uma vantagem maior ainda, porque eles são renováveis. E como organismo vivo, a floresta nasce, cresce, reproduz e morre. E a Floresta Amazônica é uma comunidade clímax, já está morrendo. Então, há que o homem intervir, colher os indivíduos possíveis, porque o fator limitante ao crescimento dos vegetais é a luz. Então, se retirar os indivíduos mais maduros, maiores, vai dar mais luz à floresta, a floresta vai se renovar. Enfim, vai ser benéfico. Mas quando mistura tudo, fica complicado.

Então, eu quero parabenizar o Deputado. Dizer que nós também gostamos dessa ideia e que o Deputado possa avançar mais, criar uma legislação que permita um organismo estadual cuidar também da exploração florestal, da pesquisa florestal. Um exemplo: nós vivemos na maior floresta tropical do mundo. As nossas cidades são, todas elas, desertas de arborização urbana. Qual é a espécie nativa própria para plantar na cidade? A gente não sabe. Não conhece a fenologia, não conhece o desenvolvimento dela. Esse serviço florestal estadual, esse organismo estadual pode se debruçar rumo de uma pesquisa, que pode contratar. Existem dois cursos de Engenharia Florestal no Estado. Pode contratar as instituições de ensino para desenvolver essas pesquisas.

Então, Deputado, eu fico muito feliz de tomar conhecimento desta sua iniciativa. Proponho-me a contribuir para que se faça algo maior, que agilize, que os produtores

rurais possam ser catalogados como produtores de semente, defensores florestais, que aí não vai derrubar a árvore, ele vai preservá-la para produzir semente, para fornecer, para vender, para ganhar dinheiro, com a árvore em pé. Isso tudo esse organismo estadual pode fazer.

E, voltando aqui a essa instituição que estou representando, o Incra, não foi transferido o domínio das unidades de conservação estaduais, na grande maioria. Existe algo em torno de 40, se não me engano, foi transferido o domínio de 4, 3 ou 4. E aqui eu quero me colocar à disposição. Aqui está o meu colega Leonésio, que é o Chefe do Serviço do Meio Ambiente, com o Superintendente, o substituto Erasmo, que nos delegou essa atribuição agora. Nós vamos nos colocar à disposição para fazer isso o mais rápido possível, transferir esse domínio. Nós já conversamos sobre isso. Nós temos expertise, nós já fizemos. Particularmente, eu e o Leonésio fizemos transferência de domínio para o ICMBio, que na época era o Ibama. Podemos fazer, a gente sabe como faz. Se a gente sabe como faz, se a gente quer fazer, a gente pode fazer rápido. É só pegar os processos que estão na Secretaria de Patrimônio da União, passar para o Incra, nós vamos fazer. E aqui eu quero assumir esse compromisso, de que, do que depender de mim, do Leonésio, do Superintendente, nós faremos isso muito rapidamente.

Alonguei-me, Deputado, me desculpe, mas gostaria de fazer essa introdução. Coloco-me à disposição da plateia depois para os questionamentos. Muito obrigado.

O SR. EYDER BRASIL (Presidente) - Gostaria de convidar também para compor esta Mesa o Excelentíssimo Senhor Edgard Menezes Cardoso, Secretário Adjunto de Estado do

Desenvolvimento Ambiental - SEDAM, que muito nos honra com a sua presença, e o senhor Elionai Ferreira da Silva, Presidente da Associação Rondoniense de Engenheiros Florestais, a AREF.

Secretário, você não vai nem sentar, não, Secretário. Você vai falar, fazer uso da palavra lá, que eu sei que o senhor tem bastante conhecimento. Vai nos honrar com essa vasta experiência do senhor. Pode se dirigir à tribuna. Vamos ouvir um pouco da sua experiência a respeito das nossas florestas.

O SR. EDGARD MENEZES CARDOSO - Bom dia, Deputado Eyder; senhor Gilberto Baptista; Secretário da Sedam, Elias; amigos, colegas de trabalho que estão aqui presentes, senhoras e senhores. A gente tem muito que falar sobre florestas. Eu estou um pouco surpreso, Deputado, a ausência do ICMBio, a quem cabe a questão da gestão das florestas federais do Estado de Rondônia, que é alvo principal do seu convite.

Dizer que da parte do Estado de Rondônia, já existe desde 2002, não vou entrar em detalhes, uma lei que trata da questão florestal também, das questões das florestas estaduais de rendimento sustentável. Mas eu queria aproveitar a oportunidade, porque o tema, aqui, afeta as florestas, e nós estamos falando em florestas, estamos falando da importância de florestas e é claro que nós estamos falando da economia do Estado de Rondônia, mas uma iniciativa a mais que é a questão de florestas plantadas. Eu acho que nós já temos mecanismos, instrumentos institucionais para gestão de florestas plantadas.

Nós temos a legislação mais facilitadora do Brasil hoje em florestas nativas, em florestas plantadas também que é do Estado de Rondônia. Essa questão de florestas

plantadas, me parece que é uma tônica importante aos desafios que esta Casa de Leis terá pela frente. E, nesse sentido, eu faço um apelo, Deputado, no sentido de a gente, do órgão gestor de florestas plantadas hoje, que cabe a Secretaria de Agricultura do Estado, são os recursos financeiros para que possamos desempenhar, desenvolver um programa de fomento florestal em larga escala. Se fizermos isso, com certeza, nós vamos ajudar, e muito, o Estado de Rondônia.

O Estado de Rondônia, em um determinado momento, chegou a 1.870 serrarias, 1.870 empreendimentos industriais do setor madeireiro no Estado de Rondônia. Hoje nós estamos com uma quantidade de empreendimentos bem reduzidos, e só não acabou ainda porque ainda existem os remanescentes de floresta, que hoje é muito pouco no Estado de Rondônia. Eu estou falando em floresta nativa. Mas graças ao programa de florestas plantadas no Estado, criado em 2011, com seus instrumentos e hoje, digamos, consolidado através da Lei 873, de 12 de maio de 2016, nós tivemos alguns avanços e eu quero falar um pouco sobre isso também.

Os avanços permitiram com que a gente, em um primeiro momento, trabalhasse com florestas nativas, aquela de regeneração natural ou aquelas que foram plantadas. Nós tivemos, em um determinado momento da nossa vida do Estado, o Instituto Estadual de Floresta, a quem coube, num determinado momento, incentivar produtores rurais para o cultivo e plantio de florestas. E desses plantios sobraram algumas coisas que nós temos hoje no Estado de Rondônia, que sobraram. E essa medida, esses implementos institucionais, esses instrumentos institucionais nos ajudaram a estabelecer, a criar mecanismos que muitos nos ajudaram nessa caminhada com florestas plantadas. E eu quero me referir a um deles que é a desburocratização de

florestas exóticas que foram plantadas no Estado de Rondônia, especificamente a Teca.

Os senhores são testemunhas, devem ter visto por aí, nessas estradas de Rondônia, muitos e muitos caminhões carregando madeira Teca e, com isso, vieram trazer um alento muito grande para aqueles produtores que, no passado, acreditaram no plantio de Teca. E essa madeira, felizmente ou infelizmente, foi mandada toda para Ásia, porque nós não tivemos a capacidade do setor empresarial local trabalhar com esse tipo de madeira, por quê? Porque o nosso processo industrial, a indústria está voltada, em Rondônia, a indústria instalada do passado, ela está voltada para trabalhar a madeira de espécie nativa, ou seja, madeira de grande diâmetro. Isso nos motivou a trazer de um lado, o setor que havia plantado floresta e, de outro lado, o comprador que veio a Rondônia criar os mecanismos facilitadores para que essas madeiras fossem comercializadas. Mas aqui tem dois fatos no programa de floresta plantada que são importantes destacá-los. O primeiro deles é o aproveitamento do Pinho-cuiabano, que a gente conhece aqui por Bandarra, que no Pará é conhecido por Paricá. Hoje são 11 empreendimentos que trabalham com essa madeira, através de processo de liberação, junto a Sedam, que tramita na Sedam e esses processos facilitam a vida desses pequenos produtores que têm essa madeira em seus pastos, em suas pastagens para vender. Isso motivou o ressurgimento, que já estavam paralisados de atividades, de onze empreendimentos no Estado de Rondônia. Onze empreendimentos, aqueles que nós chamamos de laminadoras, que tiram a lâmina, extraem a lâmina. E, com isso, três indústrias, nós temos hoje no Estado de Rondônia, três indústrias de compensados, nós temos compensados de melhor qualidade. Hoje o que existe de melhor no País é produzido

em Rondônia. O nosso mercado é o mercado externo, mercado extremamente exigente que é o mercado americano...

Então, graças a um trabalho duro que nós fizemos de derrubar barreiras, destravamos a Sedam neste aspecto, porque existia uma legislação que proibia fazer tudo isso que a gente está fazendo aqui. Existia uma lei do primeiro Governador do Estado de Rondônia, que proibia exportação de madeiras em toras. Nós conseguimos contornar esta situação. Existia uma legislação que não permitia você trabalhar com qualquer espécie florestal no Estado de Rondônia, mesmo exótica, que não tivesse que ter um instrumento de acompanhamento por parte do Ibama e por parte da Sedam.

Então, uma novidade que veio no bojo dessas medidas, foi exatamente o plantio de pinus, os pinus tropicais. Pinus tropicais hoje, nós temos no Estado de Rondônia, aproximadamente uns oito mil hectares plantados, e é claro que isto está em uma região centrada, centralizada, no Cone Sul do Estado de Rondônia, porque os empresários daquela região têm um feeling e sabem que aquilo dá dinheiro e ganha dinheiro. Então o Pinho-cuiabano hoje, serve para a madeira, mas serve também para a goma resina, extrair goma resina. E alguém há de perguntar: para que serve a goma resina? Essa goma resina tem inúmeras aplicações. São duas mil e oitocentas aplicações com a goma resina. O país maior produtor de goma resina é a China e a China proibiu a exportação de seus produtos, por quê? Porque tem um mercado intensamente consumidor. Quem é o segundo produtor de goma resina no mundo? A Indonésia. Nós estamos em terceiro lugar, mas eu vejo a oportunidade em Rondônia, naqueles campos naturais, naquelas áreas fracas do Cone Sul de Rondônia, e em regiões de solos pobres a gente desenvolver isso muito bem. Os produtores que estão trabalhando hoje com goma resina não querem outra atividade e por quê?

Porque o retorno financeiro é grande. Nós temos aqui fatores competitivos, fatores ecológicos que nos ajudam e muito. Que fatores são esses? Insolação e chuvas. Então, nós temos aqui um pinus crescendo que, a partir do 8º de idade, você consegue extrair a goma resina. Isso proporciona uma renda fantástica para o produtor rural, a partir do oitavo ano de vida da planta. E essa planta, a tendência é produzir, pela nossa previsão, produzir até o 22º, 23º ano e a partir daí, então você tira a madeira, vende e começa todo o ciclo de novo.

E para que serve a madeira do pinus? A demanda hoje, por madeira para fazer esses estrados que têm um nome específico para isso, que eu não me lembro agora, as empresas de Manaus demandam muito isso. A empresa hoje que trabalha na serraria aproveitando pinus, não dá conta das encomendas. E aí eu digo o seguinte: tenho conversado com... Os pallets têm um mercado grande, a empresa que trabalha hoje em Vilhena, com pallets, não assumiu e não assume compromisso com o pessoal no Amazonas porque não tem como cumprir. E aí, Deputado, o senhor que é aqui da região, vejo uma oportunidade muito grande para se trabalhar com os pinus aqui no Município de Porto Velho. Nós, no entorno de Porto Velho, entorno de 40 quilômetros de Porto Velho, temos muitas áreas que podem ser aproveitadas, num processo produtivo desses, com um pequeno produtor rural. Isso dá renda e a renda é muito boa e vai segurar este homem no campo.

Então, meus senhores, se eu fosse falar de florestas plantadas ficaria a manhã inteira, não é o caso. Estou aqui trazendo um alerta, estou aqui trazendo uma contribuição e a gente precisa contar muito com a Assembleia Legislativa no sentido de aportar recursos para um programa de fomento ousado, atrevido e que a gente possa avançar.

Essa é a minha contribuição e vou ficar aqui a Mesa para os esclarecimentos que forem necessários. Muito obrigado pela oportunidade.

O SR. EYDER BRASIL (Presidente) - Obrigado, seu Edgard. Salva de palmas. Queria registrar a presença do meu amigo Bruno Scheid, Secretário Adjunto da Seagri, seja muito bem-vindo. Jane, vamos dar um jeito de conseguir mais uma cadeira para o Bruno sentar aqui à Mesa conosco. Agradecer seu Edgard, aproveitar o senhor, que o senhor tem muita experiência sobre isso. Qual é a sua visão, a que o senhor tem a respeito desse plantio, é lógico através de loteamentos, unidades de manejos, dentro das reservas extrativistas, uma vez que a legislação, a princípio ela permite, não é? O senhor pode voltar para, pode sentar aqui.

O SR. EDGARD MENEZES CARDOSO - Respondendo a pergunta do Deputado, as oportunidades são grandes. Hoje é um desafio que se impõe, a gente tem conversado com o Trindade, da Unidade de Conservação, e ele pode, tem propriedade em adiantar mais coisas. Mas a ideia, basicamente, essas áreas antropizadas que estão desmatadas já, elas possam contribuir em um processo, que nós chamamos processo produtivo para o futuro, um futuro de imediato.

Então, esses extrativistas que estão lá nessas unidades de conservação, essas unidades de conservação podem servir como grande repositório de florestas para cultivo. E aí, Deputado, nós vamos chegar a uma situação no Estado que ninguém segura neste estado. E um dos objetivos do Programa de Florestas Plantadas é sermos referência na região norte, sermos inovadores no cultivo de floresta. E

eu vejo uma oportunidade muito grande, sim, dentro dessas unidades de conservação, nessas áreas que foram desmatadas com uma recuperação ambiental a partir de florestas plantadas. E isso a Sedam tem em mente e está construindo. Lembrando que as reservas extrativistas, esse assunto extrativistas está no âmbito da Secretária de Meio Ambiente. Obrigado.

O SR. EYDER BRASIL (Presidente) - Perfeito. Convidar aqui o senhor Elionai Ferreira da Silva, Presidente da Associação de Engenheiros Florestais - AREF para fazer o uso da fala.

O SR. ELIONAI FERREIRA DA SILVA - Bom dia a todos, bom dia a todas. Em nome do deputado queria cumprimentar a Mesa.

Sou Engenheiro Florestal formado na primeira turma da AREF, na Faculdade de Engenharia Florestal, hoje estou como Presidente da Associação Rondoniense de Engenheiros Florestas. E o que eu escuto hoje dos Engenheiros é que o setor está parado. Os Engenheiros, praticamente, não têm mais prazer em ir a Sedam, não têm prazer em militar na área, em trabalhar, porque existe um pequeno engessamento na Sedam com relação à questão dos planos de manejo, com essa nova ferramenta que se chama Sinaflor. Então, a gente vê uma pequena dificuldade até na inserção do sistema hoje no Estado, o sistema passou um tempo parado, sem ter funcionalidade, por questão Brasília.

Então, o setor hoje, hoje os Engenheiros, se você fizer um levantamento, eles estão bem decepcionados com o setor florestal do Estado.

Com a questão das empresas, nós que estamos ligados direto aos produtores, muitos produtores, muitas empresas estão fechando. Eu atuo muito na região de Cujubim, eu tenho alguns clientes meus lá, muitos estão desistindo porque não existe plano de manejo. Existem áreas, em Cujubim ainda existem algumas áreas, a Gleba Rio Preto, existem muitas áreas lá, com o Decreto de Criação das Reservas, que o concurso tentou criar, que hoje ainda está em discussão, também diminuiu bastante o interesse do setor, principalmente, naquela região de Cujubim. E, em conversa com o setor madeireiro de Cujubim, foi sugerido para se fazer um grupo para tentar pleitear a licitação dessa última parte da Reserva Jacundá, que foi licitada. Mas, muitos deles têm medo, têm receio de formar um grupo, de formar uma comissão, de tentar pleitear algo, porque sabe que vai parar em algumas documentações, vai parar na burocracia que o Estado tem e existe no Estado. Então, assim, eles ficam com o pé atrás.

Então assim, a gente vê que se o Estado de Rondônia não focar para essa questão das florestas públicas ou florestas estaduais, o setor florestal, o setor madeireiro do Estado vai finalizar, vai acabar. Porque existem algumas empresas que hoje ainda estão trabalhando com madeira, como o Vice-Secretário falou, que é o caso do Paricá, o Pinho-cuiabano, mas que também estão encontrando muitas dificuldades porque não existe plantio. Não é que não existe, o plantio que tem é pouco, não supre a necessidade deles. E existe uma tentativa de regularizar os Paricás que existem na área de reserva das propriedades, que está em discussão, que ajudaria muito essas empresas.

Então assim, esse tema e essa oportunidade é bem louvável. Quando o Pedro nos chamou para participar, nós falamos que estamos de braços abertos, a Associação de

Engenheiros Florestais junto com toda a classe está de braços abertos para discutir e para, de alguma forma, ajudar nessa criação de uma nova legislação, de um novo instrumento para que ajude o desenvolvimento do Estado...

Quero deixar claro que hoje, existe hoje no Estado, quase uns trezentos a quatrocentos engenheiros florestais, sendo que menos da metade hoje trabalham na área, porque existe toda uma dificuldade e todo um problema.

Nobre Deputado, coloco à disposição a Associação dos Engenheiros Florestais. Para o que precisar, a gente está à disposição. Muito obrigado.

O SR. EYDER BRASIL (Presidente) - Obrigado, Elionai. Da mesma forma, esse gabinete se coloca à disposição. Quero agradecer e registrar a presença do meu amigo Dr. Fabrício Santos, Presidente da Comissão de Assuntos Penitenciários da OAB. Seja muito bem-vindo.

Fará uso da palavra agora o Senhor Gilberto Baptista, Superintendente da Fiero.

O SR. GILBERTO BAPTISTA - Bom dia a todos. Inicialmente cumprimento aqui o Deputado Eyder Brasil, lhe parabenizando. Esse tema tem que ser discutido, Elias Rezende, Edgard Cardoso, Secretários da Sedam, Adjunto e Titular. Ser Secretário da Sedam, Elias e Edgard, sabe que é uma atividade de risco. Estava conversando com o Ubiratan, é uma atividade de risco, você está dentro de um lado, você precisa promover a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, você precisa desenvolver o Estado e, de outro lado, você tem um poder e não entende isso, aí tem Ministério Público, Justiça, Ibama que realmente tentam

controlar. Então, como é que você vai desempenhar o seu papel de desenvolvimento sustentável do Estado ao mesmo tempo em que o teu próprio desenvolvimento pode ser não compreendido desta forma pelos órgãos de controle, os órgãos fiscalizadores?

Major PM Washington, Comandante da Polícia Ambiental; Paulo Mota, da Comissão de Meio Ambiente; o Bira, do Incra; Elionai, Presidente da AREF; e o Bruno, aqui Adjunto.

Bom, inicialmente quero aqui em nome do Presidente da Fiero, Marcelo Thomé, que não pôde estar aqui, porque está viajando, está chegando agora. Mas essa questão florestal, a gente já tem discutido dentro do âmbito da Fiero, já há vários anos, soluções para setor florestal, que aqui a minha tendência seria mais para o lado, como suprimento para a indústria. Em 2009 fizemos grandes eventos ali, discutimos e propomos soluções. Algumas soluções foram atendidas, na época, Trindade, sempre tem sido parceiro nosso lá. Volto a dizer, atividade de risco e a gente tem ponto de vista: como é que a gente chega num ponto comum, que é a grande dificuldade nossa para fazer realmente a exploração sustentável da floresta e que isso não gere depois um processo jurídico, criminal contra quem autorizou e quem explorou a floresta. Por isso que eu falo que sempre é uma atividade de risco.

Algumas coisas foram implementadas já nesta gestão, com o Edgard ali, quando ele foi para lá implantar a desburocratização da questão da floresta plantada. Mas, sempre, vire e mexe, o suprimento, Deputado, está relacionado um pouco à exploração sustentável das florestas públicas estaduais. Como o Bira falou, nós temos quarenta concessões no Estado, não pode fazer concessão porque elas não estão no domínio do Estado. Se você pegar as duas correspondências que a Fiero fez em 2009, depois 2015,

quando tivemos outra rodada de negociação - vou até lhe disponibilizar depois. Primeiro: regularização fundiária das florestas estaduais. Nós não temos regularização fundiária. O Estado não pode explorar, e elas estão sendo exploradas indevidamente. Estão sendo retiradas as madeiras de lá, existem as floretas, mas elas já não estão mais lá, boa parte delas, porque não têm dono. As florestas públicas estaduais estão em nome do Estado ou a titulação está no nome do Governo Federal, mas dono mesmo, não existe. Então, quem entrar lá, vai tirar, vai explorar aí o Batalhão Ambiental vai tentar fiscalizar, mas não consegue. Não tem pernas para poder fazer gestão e inibir isso aqui, não inibe. Porque a atividade propicia atividade ilegal, quando você não tem dono. Então, se nós tivéssemos realmente regularização fundiária, o Ubiratan colocou o Incra aqui. Então basta agora tomar uma ação mais adiante. Vamos fazer a titulação disso aqui em nome do Estado, vamos transferir para o Estado. Aí o Estado faça a licitação para fazer essas concessões, nós vamos ter suprimento no setor madeireiro, manutenção da floresta e o desenvolvimento econômico do Estado. Parece ser tão simples, há dez anos a gente vem discutindo a mesma coisa e não conseguem dar um passo. Então, é nessa, deputado, estamos com um grupo pequeno aqui, mas com vontade de fazer. Capitania isso, Deputado. Vamos partir, vamos ver, que o senhor é o Líder do Governo. Vamos partir para a regularização fundiária dessas Reservas do Estado. Vamos, para amanhã, já sair com uma equipe, formar uma equipe que vá lá ao Incra ver o que temos que fazer, o que o Estado precisa fazer. É o estudo de terra do Estado que vai ser o gestor? Isso aqui e vamos fazer mecanismos para essas florestas do Estado, para o ano que vem estar fazendo concessão, daqui dois anos fazendo concessão, nós vamos ter suprimentos, mas nós temos que sustentar para duas décadas, três décadas aqui sem fazer

corte raso em canto nenhum. Ou seja, fazendo evento sustentável, movimento econômico mantendo a nossa indústria ativa. Tivemos quase duas mil indústrias, hoje não temos nem quinhentas indústrias autorizadas, madeireira a operar no Estado. A indústria madeireira já representou, da atividade econômica do Estado, quase 50%. Na pauta de exportação, há quinze anos, representava 60% e hoje representa 4%. E a floresta aí está sendo desviada, se a gente não colocar realmente dono, alguém para tomar conta, vai ser desviada. Então, é isso o que a Fiero tem realmente. Somos parceiros, precisamos partir para a regularização fundiária que é o caminho. Contem realmente com a Federação das Indústrias, o Presidente Marcelo Thomé, o que precisar nós estamos lá realmente à disposição para a gente buscar soluções para a floresta, soluções para que as indústrias de produtos florestais. É este o recado. Muito obrigado.

O SR. EYDER BRASIL (Presidente) - Obrigado, senhor Gilberto Baptista, Superintendente da Fiero.

Quero aqui agradecer e registrar a presença do senhor Marc Uiliam, Coordenador Executivo do Profaz, representando o Tribunal de Contas do Estado. Agradecer e registrar também a presença do senhor Francisco Pinto, integrante do Programa PROFAZ, do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia. Muito obrigado pelas vossas presenças.

Convido agora, o Presidente da Comissão de Meio Ambiente da OAB, Dr. Paulo Mota.

O SR. PAULO MOTA - Bom dia a todos, bom dia à Mesa. Saúdo o Deputado Eyder Brasil por esta iniciativa,

agradecimento esse extensivo a todos os integrantes da Mesa; agradecer a cada pessoa do público aqui presente, que é importante a participação de vocês para a gente implementar um Projeto de Lei para tornar a exploração no Estado sustentável.

Nós estamos debatendo a situação do Serviço Florestal Brasileiro, é um Programa que foi instituído em 2006, lá pela Lei 11.284, mas de lá para cá não tem sido priorizado em nível da União, e pela ausência também de foco do Estado, acaba prejudicando a atividade florestal no Estado de Rondônia, porque deixa de ter uma simetria entre o que é possível ter aqui e aquilo que está previsto na União. E isso acaba inviabilizando muitas atividades por parte das pessoas detentoras de responsabilidade pelas nossas florestas. O Secretário Elias sabe muito bem disso, ele assumiu a Sedam agora com uma missão árdua e está conseguindo desenvolver. Eu conversei com ele ali atrás, já tem uma visão bem vanguardista do que tem que acontecer no Estado. O Deputado Eyder Brasil, propondo esta Audiência Pública, vai trazer a discussão sobre o Projeto de Lei para gerir as florestas estaduais, a floresta estadual, de forma sustentável no Estado de Rondônia, que é preciso ter isso.

E eu achei interessante a fala, todos integrantes aqui trouxeram temas e posições importantes, mas o Sr. Gilberto Baptista, que representa a Fiero aqui, ele mexeu num ponto aqui que eu reputo que é de suma importância, que é a regularização fundiária dessas áreas aqui.

É preciso nós termos mecanismos legais que possibilitem a regularização fundiária dessas Florestas, senão, nossos produtores, e quando digo produtores, digo do ponto de vista de floresta sustentável e também de ponto de vista agropecuário, porque hoje o sistema florestal brasileiro está alocado no Ministério da Agricultura. Ele

foi pensado e fundamentado no Ministério do Meio Ambiente, e o Presidente Bolsonaro entendeu por necessário, numa visão também vanguardista, deslocá-lo para o Ministério da Agricultura, justamente para contemporizar essas atividades, floresta e atividade econômica. E isso é preciso ter aqui no Estado. É muito difícil você, quando vai levar adiante um projeto de atividade sustentável, sempre esbarra em alguma burocracia e isso dificulta.

Dito tudo isso, o que é que nós, eu na qualidade de Presidente da Comissão de Meio Ambiente da OAB, eu quero me colocar à disposição, Deputado, naquilo que for preciso da nossa Comissão contribuir para Vossa Excelência implementar esse Projeto de Lei, nós estaremos à disposição e à medida que o senhor for precisando, estaremos até dispostos a criar uma Comissão no âmbito, uma Subcomissão no âmbito da Comissão de Direito Ambiental, para o senhor reputar necessário, está à disposição de Vossa Excelência, está bom? Obrigado e bom dia a todos.

O SR. EYDER BRASIL (Presidente) - Obrigado, Dr. Paulo Mota, Presidente da Comissão de Meio Ambiente da OAB. E quero aqui só esclarecer, informar, prestar contas que esse tem sido o objetivo do nosso mandato, fazer a construção das nossas Leis de forma coletiva, com todos os atores envolvidos. Foi assim com a apresentação, a indicação do Programa Nacional de Gestão de Custo para a SESA; foi assim com o Terceiro Setor, propomos e realizamos uma Audiência Pública e ao final apresentamos aquilo que todos os envolvidos, os presentes acharam interessante e favorável fazer. E assim está acontecendo com a questão das nossas florestas estaduais. Os atores envolvidos, pertinentes ao tema estão aqui. Então eu acredito que com um pouquinho da experiência de cada um, ao final desta

Audiência nós iremos propor algo que vise a melhoria, tanto do Estado de Rondônia acerca da arrecadação econômica, bem como da conservação ambiental, um equilíbrio entre esses dois pesos e também que favoreça a vida dos nossos rondonienses, que é o motivo pelo qual nós estamos aqui representando nesta Casa de Leis.

Convido agora o Major PM Washington Soares Francisco, que é o nosso Comandante da Polícia Ambiental.

O SR. WASHINGTON SOARES FRANCISCO - Bom dia a todos. Vou fazer o uso da palavra daqui a Mesa mesmo.

Excelentíssimo Senhor Deputado Eyder Brasil, meu bom-dia, meu respeito. Cumprimento pela iniciativa republicana em chamar a sociedade para um tema tão importante.

Secretário Elias Rezende, meus cumprimentos, nosso parceiro ali da Sedam, a gente está com essa tarefa aí difícil de preservar o meio ambiente e ainda desenvolver o Estado. Senhor Secretário Adjunto, senhor Edgard, pessoa da qual eu cumprimento os demais membros da Mesa; cumprimento também na pessoa do senhor Elionai Ferreira da Silva, Presidente da Associação dos Engenheiros Florestais, os demais membros da comunidade que estão aqui conosco.

De maneira mais detida, eu gostaria de falar sobre a fiscalização que é o papel da Polícia Ambiental. Então, muita gente não sabe, critica por falta de conhecimento ou por não compreender o trabalho da Polícia Ambiental.

A Polícia Ambiental é subordinada a Polícia Militar do Estado de Rondônia. Então, de acordo com artigo 219 § único da Constituição Estadual, cabem as ações de planejamento, direção e execução do policialmente florestal que coaduna com o artigo 225 da Constituição Federal: "todos têm o

direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado ao bem de uso comum do povo e essencial qualidade, a sadia qualidade de vida enquanto poder público e a coletividade e dever de defender e preservá-lo para presentes e futuras gerações". Eu grifo aqui, "defender e preservá-lo", e eu reputo esse trabalho ao Batalhão de Polícia Ambiental.

E, neste ponto, eu gostaria de agradecer aqui o posicionamento firme do Deputado Eyder Brasil, alguns dias atrás, que a gente acompanhou a defesa do Batalhão da Polícia Ambiental na tribuna, a gente esteve assistindo. Porque é um trabalho árduo. Os integrantes do Batalhão da Polícia Ambiental são cidadãos do Estado de Rondônia. Nós, enquanto cidadãos, queremos ver um Estado austero, nós queremos ver um Estado pujante, um Estado que vai arrecadar, nós vivemos daqui. Mas, em contrapartida, o nosso papel está definido em Lei, está pontuado nas legislações existentes. Então, eu vou me ater a não entrar no mérito legislativo, porque a gente vai fiscalizar aquilo que a Lei determina.

Eu gostaria, então, de dizer que o Batalhão de Polícia Ambiental está à disposição da forma como que a Lei nos criou, que não adianta a gente fingir que trabalha. A gente tem que de fato trabalhar e o papel da Polícia Ambiental, às vezes, é um papel um pouco duro, mas nós temos que exercê-lo. Esse é o nosso mister, é o nosso trabalho e é para isso que a gente sempre veste essa farda.

Gostaríamos de, mais uma vez, parabenizar os demais integrantes do poder público de buscar uma saída, buscar uma alteração legislativa ou qualquer resultado que se proponha depois desta Audiência Pública para que o nosso Estado possa se desenvolver de maneira sustentável, ele possa, no futuro, ter um produto entre a sadia qualidade de vida, a preservação do meio ambiente e arrecadação,

desenvolvimento das comunidades locais, do povo do Estado de Rondônia. Eu agradeço a todos. Muito obrigado.

O SR. EYDER BRASIL (Presidente) - Obrigado Major Washington, Comandante do BPA, pessoa que tem feito um trabalho diferenciado no Batalhão e muitas vezes inglório, porque está cumprindo aquilo que a Lei determina e muitos que são alvos das operações do BPA, às vezes, não entendem esse trabalho que tem que ser feito, tem que ser realizado. A culpa não é dos militares do BP. A culpa, acredito que deve ser da legislação que nos aprisiona e que nos coloca com as mãos atadas.

Justamente por esse motivo, como legislador, quero buscar desatar as mãos dos produtores rurais, sobretudo, dos pequenos, para que possam trabalhar dignamente como o fazem, sem ter que sofrer ações da Polícia Militar, mais especificamente BPA. O que nós, enquanto novo Governo, seja do Bolsonaro, seja do Coronel Marcos Rocha, queremos, é dar dignidade ao homem. O homem que eu falo, homens e mulheres, os nossos brasileiros, os nossos rondonienses. Não estamos aqui para travar. O Bolsonaro falou, no mês passado estive em Brasília, numa audiência com os empresários aqui. Ele falou assim: "se o Governo não fizer nada para atrapalhar o empresário, já está fazendo muito". E aqui eu trago para nossa realidade. Se o Governo não fizer nada que atrapalhe os produtores rurais, seja em qual cultura for, em qual segmento for, já vai ajudar consideravelmente. E nós, como representantes do povo, com essa visão de liberdade econômica, estamos aqui propondo esta Audiência justamente para isso, para destravar, para desatar as mãos dos nossos produtores rurais, que eles possam trabalhar dignamente e levar o pão para mesa de suas famílias.

Convido agora, Excelentíssimo Senhor Bruno Scheid, Secretário Adjunto da Seagri, meu amigo, e aqui aproveito o ensejo para lhe desejar, mais uma vez, um feliz aniversário, completou a semana passada. Que Deus possa lhe iluminar e lhe abençoar e que você possa, muito bem representar os nossos rondonienses ali na Seagri.

O SR. BRUNO SCHEID - Muito bom dia a todos. Meu agradecimento ao nosso Deputado pelo convite em fazer parte desta Mesa importante, de um debate tão importante para o nosso Estado.

A Seagri se enquadra neste setor produtivo, nesta cadeia. Quando a gente fala de produção do agronegócio como um todo, e a gente está falando aqui de floresta, a importância do debate é válida. A Sedam vem, hoje, fazendo um trabalho importante para que os produtores tenham condições aí de trabalhar. O setor produtivo madeireiro é uma cadeia muito importante para o Estado de Rondônia e precisa ser pujante, ser valorizado, mas, sobretudo, ser regulado. Precisa ter regularidade para que se trabalhe.

Então, a minha fala é breve. Meus parabéns a todos pelo empenho. Acho que é válido, é daqui que vai sair a conquista de um setor tão importante e primário, porque Rondônia começou a se desenvolver lá atrás, através do setor madeireiro. Obrigado, Deputado e a todos os demais presentes.

O SR. EYDER BRASIL (Presidente) - Obrigado, Bruno pela tua presença. Quero aqui agradecer e registrar a presença do José Carlos Sá Queiroz, Vereador de Theobroma - está aonde, o José Carlos? Seja bem-vindo meu irmão, esta Casa e

vossa. Eu tenho uma pergunta aqui do senhor Leonésio do Incra. Como eu já verifiquei aqui a resposta, gostaria de passar para o Bruno novamente palavra. O Leonésio do Incra, - está aonde o Leonésio?

O Leonésio está perguntando assim: "qual a perspectiva da criação de um órgão estadual para a gestão das florestas estaduais em Rondônia?". A Sedam quer responder, o Elias? No uso da fala, então. É porque o Bruno já me falou que a princípio essa missão vai passar da Sedam, ela já existe, eles já têm esse órgão de criação de órgão estadual para gestão das florestas. Está na Sedam hoje, mas bem como fez o Presidente Bolsonaro, trazendo para o Ministério de Agricultura, o Coronel Marcos Rocha vai fazer aqui também, vai trazer esse órgão para a Seagri. Mas o nosso amigo Elias Rezende, no uso da sua fala, vai comentar um pouco mais a respeito disso.

Eu queria aqui convidar o senhor Marc Uiliam, Coordenador Executivo do Profaz, representando o Tribunal de Contas Estado de Rondônia, para fazer o uso da fala. E aí eu vou deixar aqui a cereja do bolo aqui no final, não é Elias? Que abarca todas as falas aí e tira as dúvidas. E aí nós abrimos também para, em cima da fala do Elias, nós fazermos algumas ponderações, algumas considerações.

Senhor Marc Uiliam, Coordenador Executivo do Profaz.

O SR. MARC UILIAM REIS - Bom dia a todos. Gostaria de cumprimentar o Deputado Eyder; cumprimentar o Secretário Elias, pessoas nas quais eu cumprimento todos os demais presentes desta Mesa. Cumprimentar e parabenizar a todos que estão aqui presente nesta Audiência Pública, fazendo uso de um instrumento tão importante, mas pouco ainda, digamos assim, dado pouca importância. Uma Audiência que

está posta para debater os rumos queremos para condução das políticas públicas, neste caso específico, a questão das florestas estaduais.

Eu sou Auditor do Tribunal de Contas, e sou de Coordenador Executivo Programa chamado Profaz, Programa de Modernização e Governança das Fazendas Públicas do Estado de Rondônia e do Desenvolvimento Sustentável. E aí eu chamo a atenção para duas palavras que existem, aliás, três palavras que existem, que constam do nome desse Programa: governança e desenvolvimento sustentável. E o que isso tem a ver com as florestas estaduais? Vou contar aqui uma pequena historinha para vocês, para falar um pouco da nossa atuação enquanto Programa.

A questão da regularização fundiária se faz uma questão estratégica relevantíssima para o desenvolvimento econômico do nosso Estado. Entretanto, esse processo encontra vários entraves na sua execução. Quando começamos a ter alguns diálogos em relação à regularização fundiária, nós tomamos, digamos assim, tivemos contato com três Secretarias do Poder Executivo: Sedam, a Sepat e a Seagri e nós percebemos que cada uma delas tinham ações voltadas para a regularização fundiária, mas ações que não se conversavam, Deputado. Ou seja, um não sabia o que o outro estava fazendo e gerando, de repente, até retrabalho, ações antieconômicas. Isto não é uma crítica não, tá? Estão aqui o Secretário Adjunto da Seagri e o Secretário da Sedam. Isto não é uma crítica, isto é uma observação de um ponto de melhoria que podemos avançar. E estamos avançando. Já avançamos nesse sentido.

Então, nós percebemos que ali havia um problema de governança. Isso é governança: é você colocar as pessoas, os vários atores que atuam de forma isolada, mas de uma forma concertada, de uma forma orquestrada, para economizar

tempo, para economizar recurso, otimizar resultados. Então, esse é um dos papéis do Profaz. Então, chegamos à conclusão de que havia esses três órgãos, dentro de um mesmo ente, atuando, mas que havia uma falha de comunicação. E isso foi um dos primeiros pontos que se consertou quando tivemos esse primeiro contato. E isso tanto é verdade que, quando nós chegamos lá para ter essa conversa, nós já tivemos frutos positivos. Estivemos em Brasília, nós chegamos com a idéia - o Francisco Pinto está aqui comigo, que também faz parte do Programa do Profaz -, e nós levamos a ideia, que já estava sendo executada pela Sedam, de uma parceria junto com a DSG, Diretoria de Serviço Geográfico do Exército, para fazer o georreferenciamento das reservas de Guajará-Mirim. Esse serviço já estava sendo levado adiante pela Sedam. Nós levamos a ideia de "por que não expandir isso para o Estado todo?". E assim foi feito. Juntou Sepat, Seagri e Sedam. Fomos a Brasília. A Sedam estava com a sua representante, Dra. Vanda, que foi quem deu início a esse processo lá atrás com o Exército. E hoje conseguimos. Está praticamente fechada a parceria, o convênio com a DSG para fazer o georreferenciamento de todo o Estado de Rondônia, que se reveste de uma ação relevantíssima para esse processo de delimitação dos limites das florestas estaduais, das reservas, dos parques, enfim, e também para o processo de regularização fundiária. Então, esse é um passo que já avançamos no sentido de, digamos assim, dar gestão às florestas estaduais. Gestão que, aliás, hoje parece que não existe, porque aí existe esse conflito que foi colocado agora com muita propriedade: "quem é o dono? Ah não, está no nome do Estado. É estadual, mas a propriedade de fato está na União". Então, nós já assentamos também uma outra iniciativa que tivemos, enquanto Profaz: foi sentar com a SPU, sentar com a Sepat, para ver o que estava acontecendo em relação aos entraves

de por que não estava ocorrendo a transferência para o Estado. E aí nós verificamos que havia um outro problema de comunicação, não é? Nos Foi passado a relação de todos os processos existentes, de quais eram os entraves específicos de cada um, para que pudéssemos trabalhar pontualmente e que isso de fato acontecesse. Isso agora já está acontecendo. E tudo isso eu trago para dizer que o Profaz não é um programa que atua diretamente fazendo, mas ele atua, digamos assim, juntando pontas, fazendo interlocuções. E isto tem resultados muito positivos.

E quando falamos também, e eu também trouxe uma outra palavrinha do nome do programa, que é o "desenvolvimento sustentável", para dizer que regularização fundiária tem tudo a ver com desenvolvimento sustentável e com a questão da gestão das florestas. Nós colocamos a questão da gestão das florestas como ponto, digamos assim, inicial de atuação do Profaz na questão do desenvolvimento sustentável. Esses dois pontos: regularização fundiária e também gestão das florestas, como elemento catalisador para monetizar as florestas estaduais. E eu não avanço nem para a questão da exploração madeireira, exploração mineral. Eu digo que se não fizermos nada, apenas colocarmos no mercado a questão do sequestro de carbono, isso já é de grande valia, já traz recursos para o Estado. Mas é lógico que precisamos avançar sim, na questão da exploração madeireira, na exploração mineral, exploração sustentável das florestas. E isto temos feito em parceria com os órgãos pertinentes, com a Seagri, Sedam, Sepat, com o SPU, com o Incra. E nesse sentido, Deputado, eu gostaria de aqui já lançar um convite: nós estaremos no dia 22, 23 e 24 de outubro, em Ji-Paraná, no 8º Encontro Técnico do Profaz, discutindo única e exclusivamente o tema "regularização fundiária", que, queira ou não queira, está relacionada de alguma forma também com a gestão das florestas. Eu gostaria de deixar

esse convite já, que estaremos lá com os 52 municípios do Estado de Rondônia, com os 52 Secretários de Fazenda e com os 52 Secretários ligados à área de regularização fundiária, para debater esse tema e que, iminentemente acaba resvalando na questão das florestas estaduais. E, desde já, deixar meu agradecimento também pela atuação da Casa Legislativa que tem legislado em favor do Profaz, seja promovendo as alterações necessárias para que o programa tenha maior dinâmica, seja também aprovando a lei do Profaz, que foi aprovada na semana passada, mas já deixo desde já o meu agradecimento em nome do Conselheiro Benedito Antônio Alves. E, mais uma vez, parabenizá-lo pela iniciativa de trazer à baila ao debate, de abrir isso de uma forma democrática, trazer a sociedade para o debate e colocar todas as instituições à Mesa, para que possamos ter um diálogo aberto, franco, republicano. Meus parabéns a todos, meu bom-dia e meu muito obrigado.

O SR. EYDER BRASIL (Presidente) - Obrigado, senhor Marc Uiliam. Como sempre o Tribunal de Contas do Estado sendo um parceiro do Estado de Rondônia, um colaborador no sentido de desenvolvimento.

Quero convidar agora o senhor Jânio Lopes Souza, o Zoca, Presidente da União das Vítimas da Reforma Agrária e Meio Ambiente - UNIVRAM, para fazer uso da palavra.

Enquanto o Zoca se dirige até a tribuna, quero aqui agradecer a todos os presentes por estarem prestigiando este evento de suma importância para o nosso Estado de Rondônia. E dizer que o nosso gabinete se coloca à disposição para essa e muitas outras demandas, muitas outras pautas a respeito do nosso Estado.

Com a palavra, o senhor Zoca.

O SR. JÂNIO LOPES SOUZA (ZOCA) - Cumprimentar a todos, agradecer a oportunidade a Sua Excelência Deputado Eyder Brasil. Na verdade, eu só quero aqui fazer algumas colocações com base nas falas das pessoas que já fizeram uso da palavra. E, aqui, uma situação que o Gilberto colocou, que eu acho que foi muito válida; a do Ubiratan e todos que até agora fizeram uso da palavra.

Eu já há algum tempo que expressei a minha opinião em referência a essas situações das florestas. Porque eu vejo que nós temos "n" problemas hoje, por conta dos entraves das legislações existentes. O Ubiratan muito bem falou a respeito do aproveitamento da floresta, não só com manejo florestal, mas de outras formas. Nós temos hoje, Gilberto, situações no Manoa, por exemplo, que quando o Governador Confúcio tentou criar algumas Reservas, isso fez com que as pessoas entendessem de forma errada e acabaram criando invasões e outros tipos de situações, em propriedades que, na verdade, são particulares. No Manoa nós temos esse tipo de problema hoje, que com várias invasões, desmatamento e tudo, em propriedades que foram feitos manejos florestais, explorados e na verdade ficou de que forma? Abandonada.

Aonde eu quero chegar com a minha opinião nesse sentido? A lei não permite que você, dentro da área manejada, faça outro tipo de atividade após a exploração. É isso que eu vejo que precisa os órgãos ambientais juntamente com a Seagri e com outros órgãos do Governo, buscar alternativa de criar uma situação para que essas florestas não fiquem abandonadas depois que o manejo seja explorado. Criando algum tipo de mecanismo para que possa plantar dentro daquela floresta, daquela área manejada, o palmito, o cupuaçu, mesmo o cacau, que hoje tem cacau que produz com um ano e pouco. Porque não poder autorizar o

proprietário da área fazer uma casa, em uma área, tipo assim em 10 hectares, 5 hectares, para poder vigiar aquela situação. Porque hoje fica abandonado. Não tem estrada, a estrada acaba, o madeireiro explorou o manejo, o dono nem lá vai mais, porque perdeu o gosto pela situação. Eu estou falando isso porque eu tenho algumas propriedades nesse sentido, que hoje estão invadidas. E invadidas por quê? Porque não pôde, de maneira nenhuma, você fazer nada lá e eu sou responsável por ela. Aí eu tenho que ir à delegacia, tem que fazer uma ocorrência, sujeito a tomar uma multa de coisa que eu não pratiquei.

Então, precisa, aquilo que o Deputado Eyder falou, buscar melhorar a legislação para que dê oportunidade para o produtor e para o proprietário, ele na verdade cuidar daquela área, mas ter uma sustentabilidade para manter ali. Porque eu vejo que há como fazer, sem contar que hoje nós temos nas florestas públicas, que não foram manejadas, que não é de particular, que foi citado aí que é do governo estadual, mas na verdade o domínio é da União e essas burocracias todas que existem, que não têm definição. E nós temos aí, o Ubiratan é conhecedor desta situação. O Ubiratan sabe que nós temos é um grande problema aqui no PAF Jequitibá, que aconteceu da seguinte forma: fizeram um projeto, que era um projeto florestal, a Lei do Zoneamento 233, a Lei 233, dizia que: "respeitasse as ocupações existentes, não podendo expandir". Mas não houve situações para não deixar expandir, e aí o que foi que aconteceu? O projeto não deu certo. Hoje as famílias que estão lá dentro não têm documentos, não conseguem um financiamento, não conseguem nada e precisam buscar uma alternativa para que isso funcione. Há áreas ali, Deputado, que poderia autorizar o manejo, mas hoje a área é de domínio do Incra porque é um projeto de assentamento. E que poderia autorizar os manejos naquelas áreas que ainda podem fazer

manejos, para fomentar aquelas serrarias existentes lá. É uma alternativa de renda para aquelas famílias que ali existem.

Então, fica aqui a minha opinião em referência a essa situação, até dos próprios manejos que já existem e que já foram explorados. Criar um mecanismo para que as pessoas possam usar essas terras e essas florestas de forma sustentável, podendo explorar algum tipo de atividade que, a meu ver, é reflorestamento. Você plantar lá dentro um cupuaçu, plantar lá um açaí, hoje tem açaí que produz com menos de dois anos desenvolvido pela Embrapa; tem o cacau; a pupunha, têm várias formas. O cara poder explorar a fruta da castanha, a semente que cai das árvores, poder colher para poder vender para alguém, fabricar mudas, produzir mudas para poder reflorestar. Tudo isso é importante. Agora, é preciso que mude a legislação. Aquilo que o Elionai falou aí é uma verdade, o Elias, eu acho que enjoou de me ver clamando lá na frente dele, para resolver a situação da liberação de um manejo, entendeu? E a verdade é a seguinte: não é culpa do Elias, não é culpa do funcionário da Sedam. É a legislação que exige coisas que poderiam ser mais simplificadas e que geraria uma situação uma situação de menos riscos da clandestinidade na exploração madeireira, e em outros tipos de exploração da floresta. Muito obrigado, Deputado. Parabéns aí pela iniciativa.

O SR. EYDER BRASIL (Presidente) - Obrigado, Zoca, pelas suas palavras. Pessoa que sente lá na ponta da linha, sente na pele todo esse travamento burocrático, mas que está na legislação.

Com a palavra o meu amigo, Secretário de Desenvolvimento Florestal do Estado de Rondônia, Elias Rezende.

O SR. ELIAS REZENDE DE OLIVEIRA - Obrigado Excelentíssimo Senhor Deputado Eyder Brasil, proponente desta Audiência, em nome do qual eu quero estender o cumprimento àqueles Deputados que não estão aqui, mas estão aqui na Casa e, de certa forma, estão nos ouvindo. Senhor Bruno Scheid, Secretário Adjunto da Seagri; Edgard Menezes, Professor Edgard como eu gosto de chamar, é o nosso Adjunto, gosto de chamar não, porque de fato é Professor, não é? Coordenador do Curso de Engenharia Florestal da FARO. Muitos dos Engenheiros Florestais, eu acho que, aqui de Porto Velho, passaram ali pela sala de aula, com o aprendizado adquirido com o nosso Professor Edgard, que tem nos ajudado neste desafio que é fazer a gestão ambiental do nosso Estado. Major Washington, Comandante do BPA, o qual tem sido parceiro da Secretaria de Desenvolvimento Ambiental, com as atribuições que lhes são dadas pelo ordenamento jurídico; Dr. Paulo da OAB, da Comissão de Meio Ambiente, não é isso? A gente precisa muito unir forças e trabalharmos sempre em conjunto; Ubiratan, colega do Incra, órgão de suma importância e vou falar algumas coisas mais sobre isso mais à frente, obrigado. Elionai da AREF, é importante estreitarmos a comunicação para que nós possamos vencer alguns obstáculos que vêm sendo gerados há muito tempo; amigo Gilberto da Fiero. Fiero que é uma parceira, o Superintendente da Fiero. A Fiero, desde os primeiros dias que chegamos ao governo, e já estabelecemos conversas; o Marcelo que também tem nos recebido e dado apoio, assim como a Faperon também tem nos ajudado muito.

Senhoras e senhores, a todos que se fazem presentes, participando dessa audiência de suma importância, o Marc, Tribunal de Contas, que é um grande parceiro, leve o meu abraço ao Professor Benedito, que já estive ali algumas vezes conversando com ele. Conselheiro Francisco que tem uma aproximação muito grande com a Sedam, até porque é o relator das contas da Sedam e nós temos essa proximidade e ali os servidores que têm, de uma forma ou de outra, estado em contato com a Sedam para que nós possamos desempenhar uma gestão ambiental equilibrada e de forma que o Estado de Rondônia não perca o seu viés de desenvolvimento. O Denison Trindade, que está ali no canto, que é o nosso Coordenador das Unidades de Conservação. Depois que eu falar algumas coisas, que eu quero quebrar o protocolo aqui e convidá-lo para falar algumas coisas, que as nossas unidades de conservação são alvos de muitas críticas, de muitos debates, mas nós estamos, de uma forma muito inteligente, fazendo uma gestão para que o Estado não perca o seu viés de conservação, mas também não perca o viés importantíssimo do desenvolvimento.

O Fala Sargento está no ar, não é? Agradecer aqui aqueles que estão na rede social acompanhando a transmissão na página do Deputado Eyder Brasil. É muito importante esse debate.

Quero parabenizar o senhor, Deputado, porque falar desse tema não é importante para muitas pessoas. E o Serviço Florestal Brasileiro, qual a função especificamente disso? Trabalhar a recuperação da vegetação nativa e da nossa recomposição florestal. Um órgão que tem também que contribuir, e muito, para regular as concessões de áreas públicas, das florestas públicas, que vi aqui, acompanhei atentamente com a devida atenção, fiz algumas anotações aqui à fala de todos sobre essas questões.

A Lei Federal que trata disso traz alguns regramentos e nós temos já, fala-se muito em regulamentar isso no Estado. Nós já temos isso regulamentado no Estado. A Lei 1143/2002 regulamentou o artigo 8º e seus incisos XV, XVI e XVII, assim como o artigo 219, inciso I, II, III e o V da Constituição Estadual, da nossa Constituição, e fala exatamente sobre o uso sustentável das florestas estaduais e das reservas extrativistas. Então, ela vai um pouco mais além. E eu quero pedir vênica aqui, Deputado, para falar um pouquinho do que é essa Lei. É uma Lei muito interessante, pequena, e as pessoas que labutam no dia a dia, especificamente na seara ambiental, muitos nem têm conhecimento disso. Eu tenho encontrado isso, Elionai, com muitos técnicos que nos procuram e, às vezes, vão lá a Sedam: "Ah, mas por causa disso o meu projeto está parado", e isso e aquilo. E, às vezes, faltou observar um detalhezinho simples, que depois de uma conversa pequena vem-se a solução do problema.

E essa Lei aborda, já desde o seu artigo 3º, as florestas estaduais de rendimento sustentável. E já começa discorrer ali como nós podemos fazer a gestão disso, como nós podemos utilizar isso, de que forma. Lá pelo artigo 12 ela já vem falando das reservas extrativistas, começa a falar também do regramento, de como podem ser tratadas essas reservas. E o que é de suma importância hoje para o Estado, em se falando de madeira, lá no artigo 14 ela vem falando do plano de manejo das unidades de conservação de uso sustentável, já está lá, isso desde 2002, regulamentado. Mas falta muita ação do Estado, do Poder Público para que nós possamos, de fato, trazer eficiência e eficácia para esta legislação quando nós queremos colocar o Estado de volta aos trilhos do desenvolvimento. Já há aquela reclamação do controle, inspeção, fiscalização, porque a Sedam é um órgão que só vai para multar, só vai lá

para embargar, só vai lá para prejudicar. A história não é bem assim. Nós queremos apresentar para o Estado de Rondônia um órgão ambiental diferente, que não vai deixar de lado o seu controle, a sua inspeção, a sua fiscalização, mas que também vai orientar, que também vai ajudar na educação ambiental, porque se fala muito em educação ambiental. Quando é que se faz educação ambiental no Estado de Rondônia? Campanhas disso, campanha daquilo. E quando vem para dentro da Sedam, nós falamos especificamente lá no mês de junho, Junho Verde. Aí começam aquelas campanhas de educação ambiental. Aí se coloca gente para viajar pelo Estado inteiro, pagando-se diárias para fazer palestras em escolas e não sei mais onde; em associações para falar de educação ambiental. Isso não é educação ambiental. Isso não ajuda o Estado em nada. Eu estou gastando dinheiro público, dinheiro do nosso povo, sem retorno, sem que os nossos usuários tenham de fato uma prestação de serviço adequada, porque não é educação ambiental ficar fazendo palestras aqui, acolá. Isso também é uma das partes de uma educação ambiental eficaz.

E o que nós fizemos para resolver isso? Nós sentamos com quem faz educação no Estado, Deputado, quem é que faz educação no Estado? Quem é? Não é a SEDUC? Aí eu tenho lá na Sedam uma Coordenadoria de Educação Ambiental. Qual é a expertise da Sedam em educação? O que eles sabem de uma metodologia pedagógica para ensinar, para falar de educação ambiental? Então, nós buscamos como parceiros, a SEDUC, porque lá tem a expertise de fazer a educação. E porque essa educação na pode ir para a grade curricular dos nossos alunos? E hoje é uma realidade no Estado de Rondônia, graças ao empenho e dedicação do nosso Secretário Professor Suamy, da SEDUC, já estão lá os módulos prontos para a educação ambiental. E ela vai fazer parte da grade curricular do ensino, vai até o 9º ano. Agora mudou tudo.

Na minha época você tinha primário, ginásio, não sei o que, agora mudou. No ensino fundamental, vai fazer parte da grade. Porque nós precisamos ensinar as nossas crianças sobre educação ambiental. Porque será muito melhor você falar em preservação, em integração. Quando eu falo integração, no Estado de Rondônia nós podemos triplicar, Pedro, a produção do Estado de Rondônia, sem entrar em áreas de florestas. Agora, para isso, nós precisamos saber usar as nossas áreas. Nós precisamos delinear de forma correta o uso do nosso solo, do nosso território.

Nós estamos hoje, Deputado, trabalhando no nosso zoneamento e tem uma série de situações que nós tivemos que voltar a campo. Nós fizemos uma reunião da Comissão Estadual de Zoneamento, e vários pontos foram colocados ali. Áreas, onde eu estive lá para verificar, e está produzindo, produz. E sabe o que o zoneamento do Estado diz? Que aquela área é área de conservação, não pode produzir, não tem aptidão agrícola. Isso é mentira! Porque eu estive lá e eu vim da roça. E o que eu questiono muito dentro da Sedam, para os nossos colegas de trabalho, é porque é que você me dá um parecer detrás de uma escrivadinha dizendo que naquela terra não se produz nada e eu vou lá e o cara está produzindo? De onde é que você tirou essa informação?

Então nós precisamos rever isso. Têm muitas áreas no nosso zoneamento classificadas como 2.1, como 2.2 que você vai lá está produzindo. Eu estive em dezenas, em centenas de hectares de terra que estão lá classificadas como áreas improdutivas e estão lá produzindo. E o Estado finge que fiscaliza, o produtor finge que está tudo certo, porque ele está produzindo numa área que, em tese, não poderia se produzir, está legalizando aquela produção com outra

aereazinha, desse tamanho, de outro lado, que está legal para ele poder colocar no mercado.

Então, nós precisamos mudar isso. Tem um exemplo muito próximo daqui da gente, que o Pedro fala comigo toda semana, Deputado - esse seu assessor -, PAF Jequitibá. Aquilo ali não é um problema da Sedam. Mas nós estamos, e com fé em Deus e ajuda do nosso órgão, o Incra aqui, nós vamos resolver. Lá está classificado como 2.1, a zona ali 2.1. E nós já reunimos os técnicos, já decidimos isso na Comissão Estadual de Zoneamento, nós vamos mudar a classificação daquilo ali. Pode ser qualquer outra coisa, mas 2.1 não é, e nós vamos resolver aquele problema.

União Bandeirantes está na mesma situação. Lá no Cone Sul, nós temos diversas áreas que estão produzindo. E quando o Professor Edgard falou aqui, falou muito bem do pinus, do Pinho-cuiabano. A redenção de Vilhena está na produção de pinus, da resina, porque todos devem conhecer o solo de Vilhena, não é? Solo arenoso é difícil para se produzir algumas outras coisas. Mas isso, Eucalipto e Pinus, aquilo lá é uma maravilha. E nós temos milhares de hectares lá, produzindo e produzindo bem. Ali tem uma área que precisamos também definir isso para se resolver esse problema do Estado, para colocar de volta o Estado no crescimento.

Nós estamos vivendo num Estado eminentemente agrícola, Deputado, e nós restringimos demais as ações dos nossos produtores. Como é que eu quero desenvolver o Estado de Rondônia se eu faço isso? Como é que eu quero desenvolver o setor produtivo se a Sedam e o setor produtivo não se conversam? E nós mudamos essa realidade. Hoje o setor produtivo do Estado está muito alinhado. Eu só digo para a Seagri: "o que é que você quer fazer?", que nós vamos lhe dizer qual é a possibilidade ambientalmente falando. Não

pode é a Seagri decidir lá: "eu vou fazer isso nessa área"; e quando chega lá, a Sedam fala: "não, você não vai, não dá". Mas aí já se gastou dinheiro, já se perdeu tempo, já gerou expectativas e a Sedam vem lá e joga um balde de água fria, Doutor.

Então, nós precisamos trabalhar isso de forma sintonizada. E por ordem do nosso Governador Coronel Marcos Rocha, que desde o primeiro momento em que me escalou para Sedam ele disse: "eu quero que seja destravada a Sedam". Eu quero dizer para o senhor, Deputado, que ao chegar ali na Sedam, eu não encontrei uma Sedam travada. Quando diz que a Sedam estava travada, é mentira. Eu encontrei uma Sedam parada, parada. E dada todas àquelas sequelas que aconteceram, que todos os senhores sabem, acompanharam pela mídia, não cabe a mim aqui fazer juízo de valor a quem cometeu as suas, os seus erros, o peso da Lei e cada um responderá dentro daquilo que lhe for atribuído legalmente, dentro do princípio do contraditório e da ampla defesa, que eu que também sou do Direito, não poderia deixar de lado isso. Nós jamais vamos fazer condenações prematuras de quem quer que seja. Mas uma das missões do Governador Coronel Marcos Rocha é: "vamos destravar a Sedam". E quando a gente fala em destravar a Sedam, nós não estamos falando em descumprir Lei. Nós não estamos falando em passar por cima das regras. Nós estamos falando em dinamizar as ações para que o nosso usuário não fique lá esperando um ano e meio para ter uma licença, Deputado. Porque, com isso, eu estou jogando esse empreendedor, esse produtor para a ilegalidade. Porque quando ele se propõe a procurar o órgão ambiental para regularizar o seu empreendimento, ele não tem fôlego, ele não consegue ficar esperando um ano para se ter uma licença. Porque ele tem imposto a pagar, ele tem folha de pagamento a cumprir, ele tem uma família para sustentar. Ele tem uma série de situações que ele precisa

dar cumprimento, e aí o empreendimento dele parado na Sedam. E o Professor Edgard fala, tem uma fala muito interessante dele, que ele usa muito para os nossos colegas de trabalho lá: "cada processo parado em cima da sua mesa é no mínimo um emprego a menos no Estado de Rondônia". Sabe por que, Deputado? Porque a Sedam é responsável por quase R\$ 4 bilhões do orçamento do Estado que passa pela Sedam. Então se nós tivermos uma Sedam parada como ela estava, de fato, o Estado vai fracassar. Então, nós queremos e estamos fazendo de tudo para que a gestão ambiental no Estado seja eficiente, seja eficaz, que não basta ser eficiente, ela precisa ser eficaz.

O Tribunal de Contas tem conversado com a gente muitas vezes. Esse Programa, o Profaz, tem uma janela espetacular ali para gestão ambiental, quando fala em governança. É isso! Quando se falou aqui, Marc, e eu não encaro isso de forma alguma, e posso afirmar também que o nosso Governador Coronel Marcos Rocha não encara isso como crítica, quando diz que não tem seguimento nas coisas. Sabe por quê? Porque falta política pública de verdade. Porque quando eu não tenho política pública, eu trabalho com achismo. O que o Elias acha que é bom para Sedam agora, ele vai fazer. Amanhã está o Paulo na Sedam como Secretário, o que ele acha que é bom para Sedam, ele vai fazer e o que estava sendo feito para: '- não, isso aí é da gestão passada, eu não quero nem saber disso aí, isso aí é do adversário, não quero saber disso'. E quem perde com isso? Quem perde com isso somos nós os rondonienses, são os nossos usuários porque muitas coisas que precisam dar continuidade sofrem essa descontinuidade. E aí se perde dinheiro, se perde tempo e o nosso povo continua a sofrer.

Então, quando nós trabalharmos política pública de verdade, e aí quando eu falei aqui de educação ambiental ir

para grade curricular, isso não é questão... Nós temos que transformar isso numa política para que nós façamos educação ambiental de forma permanente, assim como se trabalha a educação de trânsito, educação financeira, tudo isso deve está no nosso dia a dia.

Então nós precisamos estar atentos porque nós já temos algumas legislações que nos permite fazer muita coisa, mas nós temos que sair daquele pensamento de que o empreendedor, de que o produtor só vai fazer o que é errado. E é isso que eu encontrei. Eu vou construir aqui uma regra onde o camarada quer licenciar determinado empreendimento, aí eu começo, falo assim: "O que é que ele pode fazer aqui para ele poder burlar a legislação? - Ah, ele pode fazer assim. Então escreve que nós vamos colocar na legislação isso e isso. - Ah, mas e aí se ele pensar em fazer assim? Então, escreve aí também, para gente fechar esse negócio aqui." Eu sempre estou partindo do princípio de que o meu usuário, que aquele que eu sirvo - que eu sou servidor público -, vai procurar um órgão ambiental sempre pautado na má fé, e não é isso. Eu tenho que dar a credibilidade a ele. Se ele cometer algo fora dos preceitos legais, a ele o peso da Lei, já está previsto lá.

Então, para que é que eu tenho que ficar apertando? Porque daí eu crio, Deputado, por exemplo, para a piscicultura do Estado de Rondônia, só para piscicultura nós temos na Sedam, nada mais, nada menos, Marc, do que 14 normas, entre Lei e Resoluções e Portarias e tal. Quando o técnico vai analisar um processo de piscicultura, ele tem que abrir um leque de Leis na sua frente e pegar o processo do requerente: vou ver onde é que eu vou enquadrar esse camarada, para eu não dar a licença dele. 14 normas. Nós precisamos simplificar isso, dinamizar isso. É um absurdo o que se faz com o setor produtivo do Estado! E, às vezes,

são regras apenas para criar uma dificuldade, sem um proveito técnico, eficiente, eficaz, sem o resultado que realmente convença o nosso produtor.

Então, essa Lei, Deputado, a 1.143/2002 já faz a previsão no controle, na inspeção e na fiscalização, como é que tem que ser feito, lá no seu artigo 16. E traz também lá um Conselho Gestor. Falou-se aqui de gestão, tudo isso. Traz lá também a previsão de um Conselho Gestor. O que é que nós temos que fazer? Sentar e pegar essa Lei e trazer os atores principais para essa discussão e chegarmos a uma definição. E essa Lei também, que é boa, traz também lá no seu artigo 27 as penalidades, as infrações. E aí é onde eu digo, veja que isso está lá por último, está lá por último. O legislador tinha uma intenção aqui quando ele colocou isso lá no final da Lei já. Mas antes ele trouxe quais são as possibilidades. É possível fazer, é possível! Agora, se eu não seguir a regra, eu vou ter uma penalidade. Agora, eu não posso partir do princípio de que todos já vão chegar lá descumprindo a Lei e aí eu vou impedir.

Nós já temos alguns projetos aqui nesta Casa, Deputado, e de antemão, em nome do senhor quero agradecer a postura do Parlamento em relação à gestão ambiental, especificamente a Comissão de Meio Ambiente, que é presidida pelo Deputado Jean, onde tem sido muito parceiro da Sedam, tem ouvido o nosso clamor e tem colocado aquilo que nós encaminhamos para cá, tem colocado em regime de urgência, porque de fato é, de fato é. Então, nós precisamos ter essa atenção especial. E aí, nós falando aqui de gestão das nossas florestas, a Lei já permite. Hoje nós temos aqui 10 florestas estaduais que são passíveis de manejo, falando de madeira, 10, em torno de 200 mil hectares, são as áreas que nós temos no Estado. Só que nós temos um processo, um famigerado processo que hoje, hoje

ele está na SPU e passa, sem dúvida nenhuma, pela regularização fundiária, que é a passagem dessas unidades de conservação para o domínio do Estado. Porque nós temos 40 unidades de conservação no Estado de Rondônia, 03 apenas de fato são do Estado, as outras são áreas de domínio da União. Eu tenho uma aqui: Parque Estadual de Guajará-Mirim, que só esse ano eu já gastei quase um milhão de reais, só para manter aquilo livre de intrusão. Porque se a gente tirar a Polícia Ambiental de lá e os agentes da Sedam que lá estão, em meia hora aquilo está cheio de gente. Qual é a eficiência que eu tenho nisso? Eu não posso ficar meia hora sem policiamento naquele Parque Estadual de Guajará-Mirim, porque invadem. E nós já tivemos no passado ações desastrosas ali para desintrusão, se gasta muito dinheiro para manter aquilo e nós temos um projeto piloto, inédito. Está pronto, estudos realizados, apresentamos lá no Tribunal de Contas, apresentamos nesta Casa, porque nós não queremos fazer nada de forma unilateral, Deputado, que for de gestão ambiental e aqui estão os representantes da sociedade rondoniense devidamente eleitos pelo povo rondoniense. Quem fala pelo povo rondoniense está aqui nesta Casa. E nós apresentamos aqui um projeto de concessão do Parque Estadual de Guajará-Mirim, que é o Projeto RED, onde nós queremos trabalhar ali o crédito de carbono. Foram apresentados os estudos, é viável, nós temos hoje a possibilidade já de fazer com que aquele parque deixe de levar, como eu disse aqui já, quase R\$ 1 milhão, isso em apenas 10 meses. Mas ele pode colocar no Estado, por ano, em torno de R\$ 4 milhões com créditos de carbono. Algo simples. Mas eu não posso fazer a licitação, Marc, não posso conceder aquilo lá agora, sabe por quê? Porque aquilo lá não é do Estado. Eu estou emperrado nessa dominialidade. Enquanto não for uma área de domínio do Estado, eu não posso licitar - este é um dos exemplos -,

porque nós temos 34 unidades que podem ser feitas as concessões, para tirarmos isso do bolso do Estado, parando de gastar dinheiro e elas comecem a colocar dinheiro nos cofres do Estado. Isso é uma gestão eficiente, inteligente quando se fala em questões ambientais. Mas esse processo está lá há 23 anos, perambulando de Secretaria em Secretaria, de Ministério em Ministério e nós não temos a resposta. E nós estivemos fazendo gestão, estamos ainda junto ao SPU, junto ao Ministério da Agricultura, ao Ministério de Meio Ambiente. E ontem eu estive no Incra para conversar com os nossos colegas sobre alguns pontos que nós podemos unir as forças e trabalhar, conjuntamente, para entregar um melhor serviço para os nossos usuários. E me foi dito ali a possibilidade de que o Incra faça a entrega dessas áreas para o Estado de Rondônia, sem que se passe pela SPU. Mas os processos estão lá na SPU. E, agora, se vier para o Incra, essa possibilidade fica muito mais fácil, porque nós estamos aqui. Eu preciso ir a Brasília para poder conversar sobre isso. É só eu entrar no carro ir ali do outro lado, e a gente fazer com que isso aconteça e a gente colocar essas nossas florestas estaduais de forma a trazer resultado.

E aí, nós fizemos, Deputado, porque hoje, nem mesmo eu posso licenciar, senhores e senhoras. Falaram aqui, o Zoca falou aqui, o Elionai também falou dos planos de manejo. Eu tenho hoje, na Sedam, parados lá, 30 projetos de manejos, 30, não vão andar, sabe por quê? Porque embora, nós tenhamos comprado uma briga para termos de volta aquele Termo de Cooperação entre Sedam e Ibama, para que isso, Deputado? Para que nós possamos licenciar em áreas de domínio da União. Porque eu não posso liberar um plano de manejo se o requerente lá não tem o título daquela área. Aí nós fizemos um Termo de Cooperação. E lá no Termo de Cooperação, o órgão federal entendeu que deveria colocar

uma cláusula onde nós precisamos da autorização do Incra para essas áreas de domínio da União para que eu possa fazer licenciamento lá dentro. Eu tenho 30 projetos parados lá. Quando nós anunciamos: "enfim, foi assinado o Termo de Cooperação", fizemos uma festa, porque parecia que nós tínhamos resolvido alguns dos problemas. E aí, chamamos o Incra para uma conversa e o Incra disse: "beleza, nós vamos fazer a certidão, a autorização". E, de repente: ah, tem um entrave aqui que nós não podemos. E ontem nós fomos lá conversar de novo e me parece que agora nós vamos avançar neste ponto. Nós vamos encaminhar esses projetos para o Incra. Mas nós temos uma série de entraves também lá, financeiro, porque não tinha essa previsão para o Incra fazer essas vistorias. Porque é claro, como é que o Incra vai dar uma autorização dessas sem saber de fato e de direito que está acontecendo lá? Ele precisa ir lá ver isso. Ele precisa ir lá vistoriar essa área. Mas eu creio que isso vai avançar e nós vamos fazer com que esses planos de manejo, enfim, andem.

Mas nós dependemos da anuência do Incra para poder fazer, por exemplo, o licenciamento de uma limpeza de pastagem. E qual foi o caminho, Deputado, que nós encontramos? Vamos dispensar de licenciamento a limpeza de pastagem, obedecido alguns critérios. E nós aprovamos isso lá no CONSEPA depois de muita luta, nós aprovamos a dispensa de "licenciamento para limpeza de pastagem". Está lá na Resolução, têm as regras que precisam ser seguidas. Aí, quando eu for fazer a vistoria e chegar lá o cara pediu, comunicou: - eu fiz uma limpeza de pastagem. Chegou lá, é supressão de vegetação. Como eu disse aqui, a ele o peso da Lei. Porque nós fizemos algo partindo do princípio da boa-fé, de que ele vai declarar algo que ele vá realmente fazer. E quando a fiscalização chegar lá e a limpeza de pastagem, não é limpeza de pastagem, é supressão

de vegetação ou outra coisa mais, há o peso da Lei. Se tiver que embargar a área, vamos embargar. E aí ele vai sofrer as consequências que a Lei diz que ele sofrerá. Mas eu não posso impedir, em nome de que ele vai cometer algo errado, e já dizer: - não, não vou, vou restringir ao máximo a limpeza de pastagem. Não vamos fazer isso. E tudo o que nós fazemos, nós temos base legal para isso. Não saímos aplicando normas desmedidas de qualquer forma. Então, nós temos muito cuidado, estamos sim observando a Legislação Ambiental. Mas a Legislação Ambiental permite que se faça, ela permite que se desenvolva e, como eu disse, nós podemos triplicar a nossa produção sem entrar em áreas de florestas. Precisamos pensar em fazer integração em lavoura, pecuária e floresta. Precisamos pensar nisso. É possível fazer isso, é possível fazer isso! Quando se falou daqui do Pinho-cuiabano, e é um dos dilemas que nós estamos trabalhando ali, porque eu não posso considerar Pinho-cuiabano como reserva legal. Porque isso tem uma vida útil muito rápida, muito curta. Precisamos melhorar isso. Precisamos dinamizar, como é que nós vamos entregar isso para o nosso usuário.

Agora nós estamos há apenas dez meses. Passaram-se anos e anos e anos construindo legislações para restringir, para travar o sistema. Não tem como chegar lá e falar: "traz todos os problemas da Sedam, põe em cima da mesa que eu vou dar a solução para todos eles agora". Impossível fazer isso. Há alguns que dependem de legislação federal, precisamos mexer em legislação federal para dinamizar algumas coisas. Não depende de nós. Outros, que é de legislação estadual, que nós precisamos apresentar a esta Casa e mostrar a esta Casa as vantagens disso, para que seja deliberado aqui, votado e aprovado pelos parlamentares para que nós possamos aplicar isso.

Então nós temos, só para finalizar, Deputado, um problema que foi citado aqui: Sinaflor. Quem mexe com madeira, Sinaflor e DOF - não é, Elionai? - é o caos. Mas o Estado tinha outro sistema que, em gestão passada, de forma irresponsável, foi rompido o contrato, foi abandonado e colocou no Estado, simplesmente, o Sinaflor, e esse sistema DOF, que há menos de 1 mês eu fiquei desesperado aqui porque todas as madeireiras estavam paradas, porque nós não conseguíamos, porque o sistema estava com um problema, e não subia nenhuma informação. E eu cheguei a ir a Brasília, e falei: "eu vou fazer isso manualmente, me autorize." Pedi: "me autorize, escreva aí que eu posso fazer. Eu vou ter que assumir essa responsabilidade". É um risco muito grande, porque nós somos obrigados a seguir aquilo lá agora. E aí eu fui atrás agora: vamos trazer esse sistema, o Sisflora de volta, R\$ 6 milhões. E quem fez essa má gestão, lá atrás, precisa ser responsabilizado, porque jogou dinheiro público fora. Porque hoje, para eu dinamizar esse sistema, eu preciso de volta desse sistema e eu preciso gastar pelo menos R\$ 6 milhões para colocar esse sistema de volta em operação. Uma falta de responsabilidade com a coisa pública. Então nós precisamos olhar de forma diferente.

E, por último, e não menos importante, dizer aqui, Deputado, que há essa fala muito de ir para a Seagri, o Florestas Plantadas, não é? A gestão das florestas. O fomento, nós concordamos que vá para a Seagri. O restante, não, porque o entrave será muito maior. O conflito de interesses é latente. E a expertise da Sedam para isso, a Seagri não tem essa expertise. Isso vai gerar um monte de problemas, porque quando a Seagri for fazer qualquer análise, ela precisa do quê? Precisa do CAR. Onde está o CAR? Na Sedam. E lá vai a Seagri mandar o processo para a Sedam. Aí, chega lá na Sedam, aquilo é prioridade? Não. Eu

tenho vinte mil, só no CAR eu tenho 122 mil processos para serem analisados. Aí, eu paro tudo para poder analisar o processo que veio da Seagri. Então, hoje, como nós estamos fazendo isso dentro da nossa Coordenadoria, lá do CODEF? Técnicos lá dentro mesmo, já vão pegar o processo, para dinamizar isso, e não vão ficar nem passando de coordenadoria em coordenadoria. Lá dentro do próprio CODEF vai se dar o resultado: que eu preciso de CAR, que eu preciso de GEO, lá do COGEO. Agora imagina se isso está lá na Seagri. Aí começa aquela ida e vinda. Quem é o Engenheiro Florestal que nunca teve um processo sumido na Sedam? De vez em quando aparece: "Rapaz, o processo está desaparecido". Eu falei: "vamos procurar, quem sabe a gente encontra um dia?" Então nós precisamos ter muita cautela em falar ir tudo isso para a Seagri. Uma parte nós concordamos: a parte do fomento de florestas plantadas. Perfeito. Concordamos. A outra parte, que depende especificamente da Sedam, acho que é muito mais viável, mais eficiente e eficaz que fique lá na Sedam.

Então, Deputado, nós estamos trabalhando arduamente para que nós entreguemos uma gestão ambiental eficiente para a nossa população. E sabemos que há muito a fazer. Mas nós já avançamos em muitas coisas. E nós contamos com o apoio desta Casa, com o apoio dos órgãos de controle, porque se não for assim, nós não vamos chegar a lugar nenhum. Agradeço a oportunidade. Estou à disposição.

O SR. EYDER BRASIL (Presidente) - Como bem sabia já, o Elias tem muitas informações. São apenas 8 meses, mas muito já tem feito. Ele não falou aqui, mas muitas atividades empresariais, atividades comerciais foram dispensadas as licenças, justamente para dar celeridade aos processos. Destrava a coisa pública, principalmente voltada para a

economia. E essa foi uma questão, não é? Qual a perspectiva da criação de um órgão estadual, foi a que respondeu agora, não é, Elias?

O SR. ELIAS REZENDE DE OLIVEIRA - Na verdade, essa criação de um órgão para... Essa própria Lei aqui, já traz toda essas...

O SR. EYDER BRASIL (Presidente) - Já amarra, não é?

O SR. ELIAS REZENDE DE OLIVEIRA - Então, assim, a criação de um órgão específico para isso não me parece ser um caminho... Eu sou a favor, Deputado, do Estado mínimo. Quando eu digo Estado mínimo, para tudo vamos criar um órgão, para tudo vamos criar isso. Nós temos que repensar essa modelagem, mas, nós já temos a previsão de fazer as concessões, talvez, nós inclusive, temos a previsão aqui de fazer talvez uma cogestão para trabalharmos essas florestas. Eu acho que a criação de um órgão específico para isso...

O SR. EYDER BRASIL (Presidente) - Mais um órgão.

O SR. ELIAS REZENDE DE OLIVEIRA - Mais um, nós já temos lá uma Coordenadoria que trabalha especificamente para florestas estaduais, com as nossas unidades de conservação, então vejo que o caminho não é esse não.

O SR. EYDER BRASIL (Presidente) - Perfeito. O Charles, da Vila Samuel, Charles. Lei Estadual 1.053/2002, como uma

Lei criada em 2002, nunca nenhum Parlamentar se atentou para ela? E aqui eu acho que muita vontade de querer fazer algo por Rondônia. E a nossa gestão tem essa característica, desenterrar esqueletos - obrigado pela participação -, desenterrarmos esqueletos para resolvermos os problemas do nosso Estado. O próprio processo de domínio público da União passar para o Estado, como o próprio Elias falou, se arrasta há 23 anos e ninguém teve a coragem para fazer, nós estamos tendo. Essa é a marca da nossa gestão.

O Carlão, da Vila Samuel. A situação do PAF Jequitibá. Isso aqui é a cara do Pedro. Eu olho para o Pedro e já me lembro do PAF Jequitibá. PAF Jequitibá, pois, há manejo na área e por conta do zoneamento nem todos estão sendo explorados.

O SR. ELIAS REZENDE DE OLIVEIRA - Como eu falei há pouco, essa história do PAF Jequitibá foi uma das primeiras coisas que aportou na Sedam para eu resolver. Eu já recebi, eu acho que umas três ou quatro comissões de produtores ali daquela região. E já teve, acho que uns dez deputados que falaram comigo, inclusive, o senhor foi lá falar comigo e o seu assessor ali, que ele manda mensagem dia sim e o outro também, para falar sobre o PAF Jequitibá.

O SR. EYDER BRASIL (Presidente) - É o Pedro Jequitibá Ferro.

O SR. ELIAS REZENDE DE OLIVEIRA - Mas, o que diz respeito ali a Sedam é tão somente essa classificação daquela área, porque hoje ali está classificada como área

2.1. De fato ali pode ser qualquer coisa, menos 2.1, Deputado. Então, nós...

O SR. EYDER BRASIL (Presidente) - 2.1, significa?

O SR. ELIAS REZENDE DE OLIVEIRA - É uma área que tem muitas restrições. Seria uma área para uma comunidade extrativista, para uma RESEX. E o extrativismo lá não tem, não é mesmo, Carlão? Como ele falou aqui, a aptidão daquela área não é para isso, então nós já definimos isso na Comissão Estadual de Zoneamento. Vai ser feita a alteração na classificação daquilo ali. Tudo indica que será 1.3, que é uma área agricultável, daí passa a ser agricultável.

Nós estamos trabalhando nessa classificação das zonas e o PAF Jequitibá, aí sai, veja bem, mudou a classificação daquela área: resolveu o problema? Não.

O SR. EYDER BRASIL (Presidente)- Reclassifica.

O SR. ELIAS REZENDE DE OLIVEIRA - Aí é lá com o Incra, porque hoje é o PAF. O que o Incra vai fazer com essa área, aí não sei ainda. Mas tem solução? Tem. Tem solução.

O SR. EYDER BRASIL (Presidente) - Basta querer. Aqui tem outra pergunta, não está identificado, mas, é sobre a Lei 1.043/2012, que dispõe sobre as áreas públicas estaduais. Por que ela existe há tanto tempo e só agora, através do Deputado Eyder, foi descoberta? Caso o Estado regularize e libere florestas públicas estaduais e

federais, se vão dar prioridade para exploração para as empresas locais ou se vão fazer como acontece atualmente, trazer empreiteiros fortes de fora. Até porque os empresários locais não conseguem disputar com grandes consórcios. E aqui, Elias, eu queria fazer uma alusão ao que diz a lei, como você bem falou, lá no artigo 14, ele diz que o plano de manejo deve abranger área da unidade de conservação, sua zona de amortecimento e os corredores ecológicos, incluindo medidas com fim de promover a sua integração à vida econômica e social das comunidades vizinhas.

Então, visa atender realmente as comunidades locais, quem reside nesse pedaço de chão. E no seu inciso II, ele fala que na elaboração, atualização e implementação do plano de manejo das reservas extrativistas, das Resex, e das florestas estaduais de rendimento sustentável, será assegurado a ampla participação da população interessada. Em um momento ele diz que será dada prioridade às comunidades locais e em seguida ele abre a todos interessados.

E aqui eu fico muito preocupado quanto a isso, e como a pessoa fez a pergunta aqui bem relatou. Muitas vezes o cara está em Mato Grosso, em São Paulo, fora do País e quando abre um processo de licitação é de ampla concorrência. Então, acredito que deve ser proposto, talvez, por esta Casa ou de indicação do próprio Poder Executivo, mecanismos, ferramentas legais que deem prioridade aos nossos rondonienses, a quem realmente está assentado. Quem é morador? Comunidade local. E aqui já faço uma ressalva, o que está na lei também determinologia, de identificação, inclusive, foi pauta de outro assunto, de outra demanda trazida no início de nosso mandato, não sei se tu lembras sobre os moradores do Rio Madeira B, que lá

eles não são considerados mais comunidades tradicionais, população tradicional, e aqui eu quero falar o que é população tradicional: são grupos humanos, culturalmente diferenciados, vivendo há no mínimo três gerações - três gerações. Eu acho que no nosso Estado de Rondônia, por ser um Estado tão novo, nem o próprio Estado consegue se enquadrar nesta situação - em determinado ecossistema, historicamente reproduzindo seu modo de vida em estreita dependência do meio natural para sua subsistência e utilizando os recursos naturais de forma sustentável. Então, acredito que poucos rondonienses se enquadrariam nessa terminologia, nessa definição. E aqui, inclusive é uma proposta nossa, do nosso gabinete, estudando isso, em verificar essa Lei e onde aparecer "comunidades tradicionais", "população tradicional", nós fazermos a alteração para comunidades locais, e assim darmos prioridade a realmente quem está naquele pedaço de chão.

E aqui a pergunta é realmente sobre isso, sobre a forma de licitar. Muitas vezes as empresas de fora, inclusive, nós temos uma denúncia impetrada aí junto ao Ministério Público Federal a respeito dessa situação, de uma licitação que foi feita, de forma, a nosso ver, com bases em dados ilícitos, por uma empresa que na época da licitação não estava, nem existia - o documento de nascitura dessa empresa é após a licitação -, e ela vence uma licitação e hoje explora as nossas terras, a nossa flora, e a gente viu que é um processo que começou ilícito. Já está nas mãos do Ministério Público Federal, através do nosso assessor Pedro Ferro, que nos trouxe essa demanda e nós, buscando sermos o mais justo possível. Fomos até o Ministério Público Federal fazer essa denúncia - não é, Pedro? E aqui: como você, como gestor, como Secretário hoje de Desenvolvimento Ambiental vê essa situação?

O SR. ELIAS REZENDE DE OLIVEIRA - Na verdade, quando a gente fala que vai abrir isso para quem é de Rondônia, quando eu falei assim: "tem algumas coisas que a gente precisa mudar a lei", Lei Federal, não é? Quando você abre concessão, ampla concorrência, você só sabe que terá ampla concorrência, de onde virá o resultado? Com relação aos manejos nas unidades, nas reservas extrativistas, a gente depende, a comunidade lá, é a comunidade que vai definir se quer o manejo, quem será vai ter a melhor proposta lá, e aí é a comunidade quem vai definir. Então é assim, a Lei já vem definindo como é que se pode explorar. Mas quando a gente fala em fazer essas concessões, nós temos uma Lei Federal que é o guarda-chuva, Deputado. E aí nós podemos mudar isso? É um processo legislativo que tem que começar na Câmara Federal e, de repente, claro começar na Câmara Federal, uma proposição do Executivo Federal. Agora, nós temos que chamar nossa bancada federal para essa conversa. E aí, Deputado, é uma situação - porque isso não é só nesse setor que nós temos esse problema. Hoje, quando se faz uma licitação no Estado, às vezes vem para fornecer papel higiênico, uma empresa lá do interior de São Paulo. Será que no Estado de Rondônia não tem nenhuma empresa que fabrica papel higiênico? Aí, quando chega, chega um material que não é aquilo, aí você tem que devolver, e aí demora mais um século para isso chegar de fato na sua mão. Então, nós precisamos repensar essa forma, e claro que isso passa, sem dúvida nenhuma, por um processo legislativo. Não é uma decisão unilateral do Secretário.

O SR. EYDER BRASIL (Presidente) - Perfeito. Eu queria aqui agradecer e registrar a presença do nosso amigo

Vereador Adeilton Carlos Roberto, da Câmara Municipal de Cujubim. Seja bem-vindo, viu meu irmão.

Alguma outra consideração? Já estamos nos encaminhando para o encerramento da nossa Audiência Pública. Alguém mais gostaria de participar, de contribuir? Eu quero aqui agradecer a todos e muito foi falado aqui sobre regularização fundiária. O Dr. Paulo Mota trouxe esse tema; o próprio Dr. Edgard, o nosso mestre; Ubiratan, do Incra, muito obrigado. Senhor Gilberto também, da Fiero, muito obrigado. O Elionai da AREF também. Então, a tônica do Estado de Rondônia é essa: nós necessitamos urgentemente de uma regularização fundiária, mas, sobretudo, resolver, terminar esse processo que se arrasta aí há vinte e três anos.

Então, uma das proposituras do nosso gabinete, Elias, é acompanhar a Sedam, o Governador Marcos Rocha, nas tratativas necessárias, trazer a esta Casa de Leis o representante da SPU, e aqui eu queria que a nossa assessoria do nosso gabinete já registrasse isso, marcasse na agenda, convocasse essas pautas, assim como também, agendasse também o evento que vai ter em Ji-Paraná, o evento da Fiero, dos dias 22 a 24 de outubro, para nós participarmos. Acredito que muito, como o Elias falou, muito tem que ser feito e muita coisa passa por esta Casa de Leis.

E quero deixar o nosso gabinete à disposição, o nosso mandato à disposição de todos os interessados, todos os atores pertinentes a este tema que estão hoje conosco, até mesmo aqueles que, por algum motivo, não compareceram, a contar com o gabinete do Deputado Sargento Eyder Brasil na resolução desses problemas. Não vai ser fácil, muita coisa tem que ser feita. Tenho certeza que esquemas financeiros gigantescos de corrupção serão ameaçados, mas serão

enfrentados. A coragem que nos trouxe até esta Casa de Leis não diminuiu, muito pelo contrário, ela se empoderou de responsabilidade do povo rondoniense. Não estamos aqui para agradar A, B ou C. Estamos aqui para trabalhar pelo povo de Rondônia. Uma parcela desse povo, 9.076, nos trouxe até aqui, mas hoje, como representante de quase 2 milhões de rondonienses, nós estamos dispostos a enfrentar quem quer que seja para rever os problemas do nosso Estado. Deliberar, conversar e, se preciso for, denunciar aos órgãos competentes, às instituições de fiscalização, às Polícias, qualquer tipo de ilegalidade ou de prática ilícita que estejam acontecendo referente a este tema.

Então, quero mais uma vez agradecer a Deus por esta oportunidade e dizer da minha honra de tê-los aqui conosco nesta manhã de quinta-feira para tratarmos desse assunto.

Temos aqui algumas proposições que iremos apresentar nesta Casa de Leis, algumas indicações que iremos fazer junto ao Poder Executivo, mas, acima de tudo, fica aqui registrada a nossa vontade de fazer a diferença, de buscar as melhorias necessárias para que o povo de Rondônia, para que o nosso Estado de Rondônia continue crescendo.

Invocando a proteção de Deus e em nome do povo rondoniense agradecemos a presença dos componentes da Mesa Diretiva, agradecemos a presença de todos da plateia que acompanharam esta ilustre solenidade.

Declaro encerrada a presente Audiência Pública e desejo um excelente dia a todos e que Deus nos abençoe. Bom dia.

(Encerra-se esta Audiência às 11 horas e 50 minutos)

(Sem revisão dos oradores)